

Proteção de dados pessoais

O tratamento dos presentes dados pessoais efetua-se ao abrigo do Regulamento Geral de Proteção de Dados, doravante designado por RGPD, (Regulamento EU 2016/679).

O responsável pelo tratamento dos mesmos é o Município da Moita, pessoa coletiva 506791220, com sede na Praça da República, 2864-007 Moita, aqui representado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal.

O Município da Moita designou um encarregado da proteção de dados que poderá ser diretamente contactado através de carta enviada para: Câmara Municipal da Moita, Praça da República, 2864-007 Moita, ou em alternativa para o endereço de correio eletrónico, EPD.CMmoita@cm-moita.pt.

O tratamento dos dados é necessário para o cumprimento de uma obrigação legal, sendo efetuado nos termos e ao abrigo do artigo 6.º, n.º 1, alínea c) do RGPD.

O tratamento dos presentes dados tem como finalidade o requerimento de apoio no âmbito do prolongamento de horário e destina-se ao cumprimento do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea hh) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do Decreto-lei n.º 55/2009, de 2 de março que estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito do prolongamento de horário.

As categorias dos dados pessoais em questão, nome, NIF, domicílio, sítio/lugar, localidade, telefone, email, e escalão do abono familiar ou outros dados constantes de documentos considerados elegíveis para atribuição de ação social escolar, assumem importância para o tratamento do processo de forma explícita e legítima.

Os dados pessoais são recolhidos junto do estabelecimento de ensino.

Os destinatários dos dados pessoais são o Município da Moita, a AIRC (através da plataforma de gestão documental MyDoc) e a MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, SA, que disponibiliza para utilização a plataforma modular de gestão municipal de Educação SIGA – Sistema Integrado de Gestão e Aprendizagem, sendo contemplado o módulo de Gestão de Ação Social Escolar.

Os dados pessoais serão conservados nos termos dos prazos legais de conservação administrativa determinados pela Portaria n.º 412/2001, de 17 de abril alterada pela Portaria n.º 1253/2009 de 14 de outubro.

Assiste ao titular dos dados pessoais o direito de solicitar ao responsável pelo tratamento o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, bem como a retificação, o apagamento, a limitação do tratamento no que disser respeito ao titular dos dados, e do direito de se opor ao tratamento, bem como do direito à portabilidade dos dados.

O titular dos dados pessoais tem o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo, a Comissão Nacional de Proteção de Dados, Av. D. Carlos I, 134 - 1.º 1200-651 Lisboa - Tel: +351 213928400 - Fax: +351 213976832 - e-mail: geral@cnpd.pt

A comunicação de dados pessoais constitui uma obrigação legal, estando o titular obrigado a fornecer os mesmos, sob pena de o não fornecimento dos dados pessoais prejudicar a análise, instrução e decisão do pedido.

Declaro que tomei conhecimento das presentes informações relativas ao tratamento de dados pessoais.

Moita, de de

O titular dos dados pessoais,

X
